As associações e o estabelecimento das políticas do património cultural

Insidiosamente, vai fazendo caminho o sentimento difuso de que o espírito associativo, de raiz cívica e generoso quanto às imediatas vantagens financeiras de quem nele se deixa envolver, começa a estar fora de moda. Poderia com vantagem ser substituído pelo espírito "empreendedor", em todos os campos da actividade e até naqueles que tradicionalmente mais se ligam ao sentido mais profundo de pertença à polis – como desde logo é o do património cultural e dos museus, que, mesmo quando material, de material apenas tem o suporte, posto que tudo nele remete para o simbólico.

Grande mistificação vai aqui. Desde logo, importaria distinguir entre si os ditos "empreendedores", chapéu que serve a muitas cabeças. Empreendedores mesmo são os merceeiros ou os sapateiros de bairro, que todos os dias jogam tudo o que têm; mas os "empreendedores" que hoje mais se celebram são os que inventam coisas inúteis (uma espécie de biscateiros do século XXI) e raramente usam capital próprio (sendo este colocado a bom recato, desejavelmente em paraísos fiscais). São os que se movem não tanto por ganhar o pão de cada dia, mas pela possibilidade de acumulação de riqueza – o que não incomoda nada, se não for feito pornograficamente à custa da felicidade dos outros.

O espírito associativo é outra coisa: não visa o lucro. Visa sobretudo a emancipação cidadã – como especialmente acontece na formulação emergente entre nós do 25 de Abril de 1974. Este enquadramento é muito relevante no domínio do património cultural (expressão em si mesmo fruto da democracia, porque antes apenas se falava "folclore" e "monumentos pátrios"), porque a defesa do mesmo inclui também as dimensões mais etéreas do "culto do belo", aliás prezáveis, mas nelas não se consome, porque nelas não consegue matar a fome.

Podemos, é certo, apreciar algumas das teses centrais do conservacionismo patrimonial, desenvolvido inicialmente no Reino Unido por lordes falidos, que desenvolveram o conceito do ruinismo e do "bom gosto" como critério supremo de valorização patrimonial (dizia por exemplo John Ruskin, nesta perspectiva: "O Gosto não constitui somente parte de um código de moral; - ele é a ÚNICA moralidade", em *Lamp of memory*). Podemos, também deixar-nos levar pela postura contrária, própria dos "regimes musculados" (ditaduras clássicas ou capitalismo financeiro e de mercado), segundo a qual as ruinas não rendem e o que importa é restaurar pesadamente, para impressionar o pagode (dizia por exemplo Viollet-le-Duc, nesta perspectiva: "Restaurar um edifício é restabelecê-lo num estado completo que ele possa nunca ter tido num dado momento", em Dictionnaire raisonée…).



Mas tudo não passará de jogos florais de elites se não formos ao fundo da questão – e este é o da dimensão participativa cidadã nas políticas de património.

Só que, dir-se-á, vivemos numa sociedade não apenas pouco letrada (no passado diríamos quase iletrada: mais de três quartos da população analfabeta à data da implantação da República; cerca de metade, em meados do século XX), como que anestesiada nos tempos mais recentes. Uma sociedade que nos trás cada vez mais à memória (descontada a iliteracia, claro) o retrato que Mestre Bordalo nos faz de um Zé Povinho irónico e cáustico até, digno na sua pobreza, mas na verdade alheado da polis, que olhava de longe como mero baile de máscaras permanente, no qual se esgotava a vida cortesã. Começa mesmo a ser notória uma certa, e muito perigosa, desconfiança em relação ao Regime Democrático no seu todo. Sobretudo é evidente a crise do regime representativo tradicional: os programas eleitorais são cada vez mais ambíguos, até ocos, os parlamentos deixam-se dominar pela mera chicana partidária, os governos encontram-se cada vez mais em roda livre (cada ministro de turno recorre à agenda de amigos para preencher lugares no aparelho de Estado e, mudando o ministro, mesmo no mesmo Governo, mudam os amigos).

Em face deste quadro, impõe-se um regresso ao espírito associativo. Que sempre existiu em Portugal neste domínio do Património Cultural, mesmo nos tempos mais difíceis da Ditadura, mas verdadeiramente é fruto da República, numa simbiose entre burguesia urbana e as elites locais, juntas pelo telégrafo, como bem observou Jorge Custódio: "A abertura democrática da I República e os estímulos à participação das elites urbanas na condução dos seus próprios destinos políticos e cívicos contribuiu, pois, para a afirmação da vontade de intervir a nível local, encontrando-se na fórmula do associativismo, um campo inovador, solidário e firme para alicerçar resultados e linhas de orientação mais consequentes. A constituição de associações resultava da vontade colectiva de grupos com motivações e estímulos comuns, determinada por objectivos concretos, catalisadores dessa vontade. A associação era facultativa e implicava o estabelecimento de regras estatutárias e regulamentos internos, que conferiam uma responsabilidade colectiva à agremiação. A correspondência postal, os telegramas e os telefones - em franco desenvolvimento no primeiro quartel do século XX -, e a imprensa viabilizaram a aceleração das redes de influência, criadas segundo lógicas mais alargadas, fazendo participar a comunidade nos acontecimentos relacionados com património" (em Renascença artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a I República").

Ramalho Ortigão, nos tempos mais jovens e optimistas da sua vida, teorizava que a sociedade nova que viria, a República, seria baseada em cinco instituições: a fábrica, a escola, a biblioteca, o museu e o jardim. E a verdade é que é vasta a lista de todas elas, criadas imediatamente antes, durante ou logo depois da 1ª República.

Em Abril de 1974 eram ainda estas associações, ou algumas delas, que mantinham a chama dos valores patrimoniais. Mas logo se juntaram cerca de duas centenas de outras novas, naquilo que passou a ser conhecido como o "movimento das ADPs" (Associações de Defesa do Património). Sintomaticamente, sobrevinda a libertação da ditadura, o primeiro impulso popular foi na direcção do resgate da sua memória histórico-cultural. Só mais tarde cresceu movimento idêntico no âmbito do património natural. E foi tal a importância deste movimento que influenciou fortemente o texto constitucional de 1976, vindo ainda em 1985 a ocupar lugar decisivo na primeira Lei de Bases do Património Cultural Português, onde se lhe junta o direito de acção popular explicitamente consignado para estes efeitos.

Hoje, como sempre, ser patrimonialista e militante associativo, mormente dirigente associativo, constitui um acto cívico. Mas pode também constituir uma opção, porque às portas que na sua senda se abrem, correspondem outras que corte e cortesãos lhe fecham. Por tudo isto, quando se pensa no "estado a que isto chegou" (bela expressão de Salgueiro Maia às tropas em parada antes de marcharem sobre Lisboa) o primeiro combate não deverá ser o do aparelho de Estado, que certamente poderá e deverá ser revisto de alto a baixo e sobretudo requalificado. Não, o foco essencial nesta fase deve ser o da clamar pela instituição de órgãos democráticos de consulta popular. De Conselhos Nacionais verdadeiramente representativos, qualificados e independentes, onde o movimento associativo deve necessariamente ocupar lugar relevante ou até central. O resto virá depois.

Luís Raposo
Arqueólogo